

Vol 17, Núm1, jan-jun, 2024, pág. 369-392.

Estudantes Quilombolas e adaptação à cultura acadêmica, Campus Universitário de Bragança/UFPA, Nordeste do Pará

Helga Samara Ferreira Braun
Francisco Pereira de Oliveira
Nelane do Socorro Marques-Silva

RESUMO

O presente estudo traz a temática do processo de adaptação de estudantes quilombolas que ingressam no ensino superior, Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, e, certamente, o estudo sobre quilombolas, é basilar termos respeito e posicionamento, uma vez que retrata a historicidade, a cultural e a questão social e política de um povo marcado por lutas e resistências. Objetivamente, investigou-se o processo de adaptação de universitários quilombolas à cultura acadêmica no referido Campus. Metodologicamente, o estudo se pautou na abordagem de pesquisa qualitativa, em que os dados coletados seguiram caminhos como a aplicação de questionário por meio *google drive* a partir das seguintes etapas: 1) acesso à líder de estudantes quilombolas; 2) acesso à lista de *e-mails* desses estudantes; 3) acesso ao grupo de *WhatsApp*; 4) envio do questionário via *google forms* para os *e-mails* desses estudantes; 5) as respostas foram diretamente para o e-mail de cadastro do envio, *google drive*. Tomou-se como base para acessar esses estudantes o ano de 2021, onde eram regularmente matriculados 63 (sessenta e três) estudantes quilombolas nos cursos de graduação do Campus de Bragança/UFPA, os quais foram acessados por seus e-mails, todavia somente 11 (onze) responderam em tempo hábil. As respostas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo (AC) a partir do processo de categorização. Os principais resultados demonstram que as políticas executadas no Campus de Bragança da UFPA, ainda não são eficientes e suficientes para atender às reais necessidades dos estudantes quilombolas para o seu processo de adaptação à cultura acadêmica, pois mesmo esses pesquisados relatando as medidas adotadas por essa Instituição, ainda percebem fragilidades com relação à didática de docentes, na relação estudante não quilombola e, também indicam as suas fragilidades no processo da leitura, escrita e compreensão de textos, pois entendem que a Educação Básica deixou lacunas sérias neste processo. A principal conclusão é que o processo adaptativo de estudantes quilombolas universitário é atribuído a muitos fatores: condições financeiras, cultura universitária bem diferente à cultura quilombola, dificuldades na leitura, escrita e interpretação de textos, didática de docentes complexas ao entendimento dos quilombolas e as relações sociais complexificadas.

Palavras-chave: Estudante Quilombola; Cultura Acadêmica; Processo de Adaptação.

ABSTRACT

The present study brings the theme of the adaptation process of quilombola students who enter higher education, Campus Universitário de Bragança, of the Federal University of Pará, and, certainly, the study of quilombolas, it is essential to have respect and positioning, as it portrays the historicity, cultural and social and political issues of a people marked by struggles and resistance. Objectively, the adaptation process of quilombola university students to the academic culture on the aforementioned Campus was investigated. Methodologically, the study was based on a qualitative research approach, in which the data collected followed paths such as the application of a questionnaire through Google Drive based on the following steps: 1) access to the leader of quilombola students; 2) access to these students' email lists; 3) access to the WhatsApp group; 4) sending the questionnaire via Google Forms to these students' emails; 5) the responses went directly to the shipping registration email, google drive. The year 2021 was taken as a basis for accessing these students, where 63 (sixty-three) quilombola students were regularly enrolled in undergraduate courses at the Bragança/UFPA Campus, which were accessed via their emails, however only 11 (eleven) responded in a timely manner. The responses were analyzed using Content Analysis (CA) based on the categorization process. The main results demonstrate that policies implemented on the UFPA Campus de Bragança, are still not efficient and sufficient to meet the real needs of quilombola students for their process of adaptation to academic culture, as even these respondents reporting the measures adopted by this Institution, still perceive weaknesses in relation to the didactics of teachers, in the non-

quilombola student relationship, and also indicate their weaknesses in the process of reading, writing and understanding texts, as they understand that Basic Education left serious gaps in this process. The main conclusion is that the adaptive process of university quilombola students is attributed to many factors: financial conditions, university culture that is very different from the quilombola culture, difficulties in reading, writing and interpreting texts, complex teacher teaching in understanding quilombolas and relationships complex social situations.

Keywords: Quilombola Student; Academic Culture; Adaptation Process.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propôs a estudar o processo de adaptação de estudantes quilombolas que ingressam no Ensino Superior, Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, pois se sabe que esse ingresso é marcado por muitas e significativas mudanças, que exigem um processo de adaptação que, muitas vezes, é vivenciado de forma angustiante. O adoecimento mental dos estudantes pode ser motivado por uma gama de demandas ligadas a esse ingresso na universidade, tais como mudança de cidades, condições de moradia e alimentação, exigências oriundas das componentes curriculares, bem como a faixa etária dos estudantes, pois alguns são recém-saídos da adolescência e outros já adultos. E no que tange, aos estudantes quilombolas, as diferenças de costumes, práticas, ritos e rituais e culturas são marcas que precisam ser cuidadas e providências institucionais devem ser dimensionadas para minimizar o impacto ao novo.

O acesso à universidade é para muitas pessoas um desafio que requer aprender uma cultura acadêmica que se inicia desde os primeiros dias em que se ingressa no Curso Superior. Desde os primeiros eventos de recepção aos “calouros” e “calouras”, até chegar à defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e solenidade de colação de grau, há um longo percurso marcado por ensinamentos voltados para a autonomia intelectual, produção de conhecimento, gestão de recursos de bolsas e tempo para estudos, e uma série de outros que compõem essa vivência no universo da universidade. Para a maioria que cursa graduação em uma grande universidade pública, como é o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA), a adaptação à sua rotina acadêmica requer esforços e práticas de companheirismo e solidariedade tanto institucional, quanto entre colegas estudantes e professores(as).

As comunidades quilombolas no Brasil, atualmente, são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional. Há comunidades que se localizam no campo e outras na cidade, e se constituem por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar (Furtado; Sucupira; Alves, 2014).

O Programa Brasil Quilombola por meio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial instituiu o conceito de comunidades remanescentes de quilombo, em que se refere da seguinte forma:

Aos indivíduos, agrupados em maior ou menor número, que pertençam ou pertenciam a comunidades, que, portanto, viveram, vivam ou pretendam ter vivido na condição de integrantes delas como repositório das suas tradições, cultura, língua e valores, historicamente relacionados ou culturalmente ligados ao fenômeno sociocultural quilombola (Brasil, 2005, p. 11).

O Programa Brasil Quilombola, lançado pelo Governo Federal com o objetivo de consolidar políticas públicas para os quilombolas e constituir uma Agenda Social Quilombola, caracteriza essas comunidades a partir de suas práticas produtivas, organizativas, sociais, culturais e educacionais quando ressalta que o "uso comum de suas terras concebidas como um espaço coletivo e indivisível, ocupado e explorado por meio de regras consensuais aos grupos familiares e cujas relações são permeadas por solidariedade e ajuda mútua" (Brasil, 2005, p. 11). Ademais, pode-se inferir que a identidade desse grupo se define pelo imaginário social construído a partir de vivências e valores compartilhados. Trata-se de uma referência histórico-cultural comum e compartilhada por meio de versões e experiências de uma trajetória, e de sua continuidade enquanto grupo (Brasil-SEPPIR, 2005).

O termo quilombola induz a estereótipos que indicam quilombos e comunidades do passado que, supostamente, tenham desaparecidas depois da abolição da escravidão em 1888, ou ainda a comunidades que possuam uma africanidade intocada. Porém, esse termo foi reformulado para "remanescentes de quilombos" como uma negociação decorrente das inúmeras maneiras de acesso à terra pela população negra escravizada, incluindo: heranças, doações, fugas e ocupação de terras livres, permanência em terras cultivadas no interior das grandes propriedades e recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado (Miranda, 2012).

Todavia, esse termo se refez e se refaz à medida que o contexto histórico-social e político se alinham às demandas modernas com maior acesso à (in)formação na área tecnológica e das mídias comunicacionais sociais. Ainda, os povos quilombolas estão a cada dia mais organizado e proativo, pois no passado as lutas sociais eram reprimidas pela elite "branca", onde a cada avanço por meio dessas lutas havia as tentativas de apagar a força dessa organização, atribuindo "padrinhos" políticos para cada ato avançado.

Na atualidade, existem normativas que definem essas comunidades, como se observa no Decreto de N° 4.887, de 2003:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos que passaram a contar com um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade, porém continuam em grandes conflitos fundiários e que remete a um passado associado às lutas por suas terras. Território negro, mocambos, terras de preto, entre outras denominações, são acepções que buscam uma definição coerente com a realidade dessas comunidades e que ultrapassam a definição de quilombos históricos e descendência. A forma de se relacionar com a terra, a produção coletiva, as relações sociais comunais e a valorização positiva de traços culturais ressalta a importância da categoria "território" a esses sujeitos impregnados de significações identitária (Porto-Gonçalves, 2006a; Almeida, 2008; Cruz, 2014; Gutiérrez, 2015).

No Ensino Superior essa conquista é inaugurada a partir da Lei N° 12.711, de 19 de agosto de 2012, quando estabelece:

Art. 3° Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1° desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados **pretos, pardos** e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de **pretos, pardos**, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Redação dada pela Lei N° 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012) [Grifo nosso].

A partir de então, as instituições públicas de ensino superior, nos seus editais de seleção para o ingresso de estudantes, passaram a estabelecer reservas ao público mencionado pelo Art. 3 da Lei supracitada. Todavia, a UFPA, anterior a Lei de cotas de 2012, já havia criado no ano de 2005 por meio da Resolução de N° 3.361, de 05 de agosto de 2005-CONSEP/UFPA, em que discorre:

Art. 1° Fica aprovada a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), oferecidas no Processo Seletivo Seriado (PSS) a estudantes que cursaram todo o Ensino Médio em escola pública.

§ 1º Do percentual de vagas a que se refere o *caput* deste artigo, no mínimo, 40% (quarenta por cento) serão destinados aos candidatos que se declararem pretos ou pardos e optarem por concorrer ao sistema de cotas referente a candidatos negros.

§ 2º A reserva de vagas a que se refere o *caput* deste artigo terá vigência por um período de 5 (cinco) anos, ao final do qual será avaliada (CONSEPE-UFPA, 2005).

É nesse campo que se insere a presente pesquisa, pois parte-se da ideia de que muitos estudos já foram realizados concernentes à temática quilombola em diversos campos do conhecimento, assim como diversas diretrizes, normativas, leis e políticas públicas sociais e educacionais, todavia, até a presente data não se encontrou nenhum estudo específico que trate sobre os universitários quilombolas e o processo de adaptação, a partir de sua entrada no ambiente acadêmico. E, por ser um processo de adaptação à cultura universitária, é salutar que pesquisas sejam feitas para os apontamentos de indicadores que podem ser traduzidos por diversas questões, entre as quais: sofrimento de ansiedade, adaptação ambiental e processo formativo – o que, provavelmente, pode ser entendido do ponto de vista também da Psicologia, que é uma área fértil para que uma possível compreensão.

Nesse sentido, o objeto “estudante quilombola e o processo de adaptação na academia” requer atenção e muita sutileza para a realizada, pois é objeto de natureza complexa, mas possível dentro do campo de pesquisa, especialmente na área interdisciplinar do conhecimento. Logo, a principal pergunta é motivada pelo questionamento: como o processo de adaptação de estudantes universitários quilombolas à cultura acadêmica têm ocorrido no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará? O principal objetivo foi investigar o processo de adaptação de universitários quilombolas à cultura acadêmica no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará por de identificação do perfil socioeconômico desses universitários(as) e sua caracterização identitária cultural e a cultura acadêmica do Campus de Bragança- UFPA.

Circunscrição do estudo e os procedimentos metodológicos

O presente estudo no Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, no município de Bragança, nordeste do Pará. O Campus Universitário de Bragança (CBRAG) da Universidade Federal do Pará (UFPA), considerado como uma unidade acadêmica que oferta cursos de ensino superior na Região Bragantina. Sua criação data de 04 de agosto de 1987, resultado do processo de interiorização da UFPA (Resolução nº

1.355/CONSEPE, 1986). Inicialmente, seu funcionamento contou com os cursos de Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia. A partir de 1997 foram implantados os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Sociais e Licenciatura em Ciências do Ensino Fundamental (Relatório de Gestão CBRAG/UFPA, 2022).

Atualmente, são registrados 124 estudantes universitários quilombolas que acessaram os cursos de graduação do CBRAG por meio do sistema de cotas (pardos, pretos) (SIGRAD-CBRAG/UFPA, 2022). O processo metodológico da presente pesquisa foi construído a considerar que todo fato e/ou fenômeno a ser estudado que se inicia com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório produzindo novas indagações (Minayo, 2009). Diante dessa assertiva, a construção do conhecimento requer clareza do objeto de estudo, pois este é “elemento fundamental e imprescindível” para a base de desenvolvimento científico (Severino, 2016, p. 26). Logo, o presente estudo esteve voltado para o campo da pesquisa social, com foco principal dentro da abordagem qualitativa de pesquisa (Silva; Menezes, 2000).

Os elementos estruturais foram constituídos de dados primários e secundários, onde este é tido como o primeiro passo, pois são os dados buscados já produzidos por outros(as) pesquisadores(as), especialmente nos últimos cinco anos. Logo, o acesso ao acervo bibliográfico foi possível por meio do “estado da arte” em que se buscou na plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), banco de dados de dissertações e teses; *Google Acadêmico* dados de dissertações, teses e artigos científicos, e; Biblioteca Geral da Universidade Federal do Pará na catalogação de produções internas sobre o objeto em questão. A busca se fez por meio de “termos-chave”: “estudante quilombola”; “estudante quilombola de comunidade tradicional”; “estudante quilombola e sofrimento psíquico ou adoecimento”, e; “sofrimento ou adoecimento psíquico por estudante universitário”.

Por certo, o propósito inicial desta pesquisa foi contactar diretamente com estudantes quilombolas do referido Campus, o que foi possível, porém, não houve a possibilidade de acompanhar suas atividades cotidianas estudantis em função de que foi necessária a redefinição em função da COVID-19¹, em que as atividades presenciais foram suspensas

¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019 (BRASIL, 2020).

como medida de contenção e prevenção contra ao vírus. Assim, o tempo ficou escasso com o retorno das atividades presenciais no segundo semestre de 2022, portanto, redefinimos a técnica de observação e instrumentos para somente a aplicação do questionário.

Mediante ao cenário acima descrito, pensou-se na entrevista que “é uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante, com a finalidade de esclarecer uma questão” (Chizzotti, 2008, p. 45). Ou seja, “deve ser um diálogo espontâneo, porém profundo, aberto, cuidadoso [...]” (Marconi; Lakatos, 2011, p. 273). O que foi possível não presencialmente, mas a partir de perguntas elaboradas em questionário, onde a finalidade era a de coletar informações gerais (comunidade de origem, faixa etária, aprendizagem, etc.), e também compreender a dinâmica acadêmica que poderia impactar no processo da saúde mental desses estudantes.

O questionário foi composto por perguntas semiestruturadas que são consideradas “um tipo de comunicação entre um(a) pesquisador(a) que pretende colher informações sobre os fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emití-las [...]” (Chizzotti, 2008, p. 57).

Dadas as circunstâncias acima descritas, o redimensionamento da pesquisa de campo foi pensado por meio do questionário produzido no *google forms*, que é uma ferramenta contemporânea e que pode ser considerada uma técnica e um instrumento de pesquisa eficiente dadas as circunstâncias oportunas de ferramentas necessárias para tal, pois ...

O Google Drive é totalmente integrado ao Gmail e abriga o Google Docs e mais um leque de aplicativos gratuitos. Entre eles o Google Forms, que é um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Tais formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados os formulários já existentes. É um serviço gratuito, basta apenas ter uma conta no Gmail. Dessa forma, os formulários ficam armazenados no Servidor do Google, podendo ser acessado de qualquer lugar e não ocupam espaço no computador (Mota, 2019, p. 2).

As etapas para aplicação do questionário foram: 1) acesso à líder² de estudantes quilombolas do Campus de Bragança; 2) acesso à lista de *e-mails* desses estudantes via líder; 3) acesso ao grupo de *WhatsApp* dos estudantes; 4) envio do questionário via *google forms* para os dois endereços; 5) respostas das perguntas entregues ao *google drive* através do endereço eletrônico da pesquisadora.

² Associação Quilombola de Estudantes Universitários do Campus Universitário de Bragança, organizada pelos respectivos estudantes, onde há uma liderança e vice, secretariado, organizador cultural, comunicação, dentre outras.

A Internet e as tecnologias digitais estão cada vez mais presentes na vida dos seres humanos, seja nas atividades domésticas, nos momentos de lazer, no trabalho e, principalmente, na vida acadêmica. No tocante ao uso das tecnologias na educação escolar, percebe-se ainda resistência por parte de alguns professores (*sic*). Entretanto, é preciso aceitar que as tecnologias servem de apoio para a prática pedagógica e acadêmica. Por intermédio dos novos recursos tecnológicos, é possível realizar atividades das mais diversas formas, facilitando, flexibilizando, aprimorando e dinamizando o processo de ensino e aprendizagem (Mota, 2019, p. 1).

As respostas foram direcionadas diretamente para o endereço eletrônico informado no momento do cadastro no *google drive* tão logo as perguntas eram respondidas, o que foi possível compilá-las e serem organizadas, tratadas e analisadas.

O universo amostral é tido como “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (Lakatos; Marconi, 2007, p. 225). São 63 (sessenta e três) estudantes quilombolas regularmente matriculados nos cursos de graduação do Campus de Bragança/UFPA, sendo 46 (quarenta e seis) mulheres e 17 (dezesete) homens (CBRAG, 2021). Assim, foi enviado o questionário para esse universo de estudantes, todavia, somente 11 (onze) responderam em tempo hábil. No processo ético da pesquisa, a identidade das pessoas pesquisadas será resguardada por Acad1, Acad2, Acad3 ... Acad11 (Acadêmico 1, 2...), ou seja, utilizou-se desses códigos para o cumprimento do procedimento ético e metodológico.

O tratamento dados coletados é processo que merece muita atenção, em especial por se tratar de falas e discursos identitários e particulares, que requer ética e profissionalismo no campo da pesquisa. Os dados coletados foram organizados e tabulados. Inicialmente, foi realizada a análise do conteúdo (AC), por meio do processo de categorização, ou seja, “significa agrupar elementos, ideias, ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (Gomes, 2002, p. 70).

A análise de conteúdo é uma técnica que faz conclusões de forma objetiva sobre elementos implícitos, por isso, “embora o corpus de texto esteja aberto a uma multidão de possíveis questões, a AC interpreta o texto apenas à luz do referencial de codificação, que constitui uma seleção teórica que incorpora a objetivo da pesquisa” (Bauer, 2002, p. 199).

Salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências e deduções de um texto ao levar consideração seu contexto social de forma objetiva (Bauer, 2002). Desse modo, as informações que foram coletadas, através da aplicação do questionário, foram analisadas e interpretadas sob a ótica dos procedimentos da Análise de Conteúdo, definida por Bardin (1977, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Mediante a análise do conteúdo apresentada por Bardin (1977), foi possível destacar três categorias temáticas: a) perfil de universitário(a) quilombola no Campus de Bragança; b) acesso e permanência de estudante universitário quilombola do Campus de Bragança; c) processo de adaptação de universitário(a) à cultura acadêmica.

Por certo, nesse processo analítico, levou em consideração a exterioridade dos discursos desses(as) estudantes a partir de um movimento de interpretação do seu contexto social e a reprodução de seus discursos, claro que o momento, o lugar e o meio em que é produzida a sua fala é de suma importância para se aferir a análise e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perfil dos estudantes quilombolas do Campus Universitário de Bragança

Os resultados apontaram que a renda *per capita* dos estudantes pesquisados é de 1,5 salário, onde a renda variou entre R\$800,00 a R\$2.000,00. Logo, esses dados revelam que essas pessoas estão faixa econômica de baixa renda, pois, atualmente, o salário mínimo é de R\$1.320,00³. Esse resultado é o mesmo encontrado na pesquisa nacional feita entre 2010 a 2018 pela FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU (2018), em que se buscou traçar o perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das universidades federais do Brasil.

Os estudantes universitários entrevistados ($n=11$) dos Cursos de Graduação ofertados no Campus Universitário de Bragança têm o seu município de origem Tracuateua e Cachoeira do Piriá que possuem diversas comunidades quilombolas. Esses municípios são vizinhos de Bragança onde está localizado o Campus Universitário da UFPA. No município de Tracuateua há três comunidades quilombolas certificadas: Cigano, Torres e Jurussaca. Em Cachoeira do Piriá há três comunidades: Bela Aurora, Camiranga e Itamoari, segundo o *site* Palmares (Brasil, 2005). Por certo, os povos quilombolas estão organizados por território conquistado ao longo de sua história de luta, resistência e reconhecimento de sua ancestralidade, o que, sem dúvida, é também marcado pelo território e territorialidade.

³ O salário mínimo é o valor mínimo estabelecido por lei que os empregadores devem pagar aos seus funcionários em troca do trabalho realizado. Ele é um instrumento de proteção aos trabalhadores, garantindo que eles recebam uma remuneração básica adequada para suprir suas necessidades essenciais (BRASIL, 2023).

Nesse sentido, foi indagado se esses(as) estudantes mantêm contato e se retornarão à sua comunidade de origem após o término do curso, e as principais respostas foram:

Porque tive que me deslocar para a cidade de Bragança, onde está a universidade federal. No período das férias eu retorno para minha comunidade quilombola (Acad5).

Sempre que posso, volto a minha comunidade, pois tenho o propósito de ajudar na educação da minha comunidade (Acad3).

As respostas são representativas com relação às afetividades que marcam cada estudante, pois mesmo tendo que se afastar de suas comunidades de origem em função do Curso funcionar em outro município, as falas demarcam que sempre voltam e pretendem adquirir a formação e dar o retorno às suas comunidades.

Os povos quilombolas se diferem dos demais povos e uma dessas diferenças está na forma como agem sobre as terras em que vivem e na maneira como atribuem os sentidos e significados, os códigos e regras que são criados nesses espaços. Ainda tem na sua linha de frente uma defesa de luta pela terra, reafirmam a importância dos territórios comunais, e o dever que tem de resguardar esses territórios, um dever que perpassa gerações (Castro, 1998).

Seguramente, o território em seu campo simbólico ou físico imprime no sujeito identidades. Diante disso, os territórios ocupados pelas comunidades tradicionais apresentam uma diversidade de saberes, e os povos que ali vivem, possuem uma identidade que ao longo do tempo tem cada vez mais se fortalecido.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 2005, p. 38).

Há de se observar, pontualmente, que esse território também é um lugar de conflitos, externos e internos sejam escala baixa ou alta, especialmente, porque o território é uma construção social, por certo, nele se constroem laços de apropriação e uso, mas também, de recusa, o que, provavelmente, fazem eclodir espaços de disputas e conflitos. Todavia, torna-se importante ressaltar que...

A luta pela terra está indissociada da luta pelo trabalho, e não é a forma salarial que se encontra em questão. Mais uma vez, esse processo político interpela nossa compreensão sobre a produção da vida pela atividade de trabalho. Nesse campo, é possível perceber elementos de tradição e modernização, como fundamentos das lutas pela propriedade e posse da terra (Castro, 1998, p. 11-12).

Nota-se que o território cria identidades, laços, regras e acordos entre as pessoas que vivem em comunidades tradicionais, ou seja, a coletividade está presente. Logo, esse território passa a ressignificação de territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland*” (Little, 2003, p. 253).

Por outro lado, foi indagado sobre qual era a percepção desses(as) quilombolas sobre a vida universitária e as respostas mais representativas foram:

É obter conhecimento e poder contribuir com a minha comunidade Quilombola [...] (Acad3).

Obter conhecimento e se tornar um bom profissional (Acad8).

É me tornar um profissional competente (Acad2).

Dias de luta, com aprendizado significativo para minha formação acadêmica (Acad4).

Não deveria, mas é sofrida, pois nós quilombolas sofremos muito e sempre nos dedicamos mais que os outros alunos, pois quando entramos para estudar, sempre estamos mais atrasados, muitas vezes por essa ocasião, somos deixados de lado até pelos colegas de classe. Pensamos muitas vezes em desistir, mas também pensamos na nossa comunidade, pais, e o quanto que podemos ajudar ambos com conhecimentos novos, e ter uma perspectiva de vida melhor! (Acad1).

A partir das respostas acima, analisa-se que “obter conhecimento”, “tornar um profissional competente” e “aprendizado significantes” são expressões complementares, onde reproduzir, produzir e/ou reconstruir conhecimentos são pilares basilares da academia. Ou seja, conjuntamente tem-se o desafio e se abre um imenso campo para se pensar nas oportunidades e possibilidades de invenção, criação, reinvenção e, possivelmente, uma mudança transformadora na vida dessas pessoas essencialmente quando percebem que também são capazes e enxergam formas de construção do conhecimento para e com o mundo.

Faz sentido as expressões acima enumeradas, pois se entende que o ambiente universitário “[...] constitui um momento crucial na construção de um tipo de aprendizado complexo, variado, pensado em função de uma articulação de diferentes tipos de saberes e de suas mobilizações posteriores nas situações reais” (Paivandi, 2015, p. 10).

Ainda, nas respostas há uma que se diferencia das demais – a emitida pelo(a) Acad1 – quando ressalta “[...] nós quilombolas sofremos muito e sempre nos dedicamos mais que os outros alunos [...]”, e complementa: “[...] Pensamos muitas vezes em desistir, mas também pensamos na nossa comunidade, pais, e o quanto que podemos ajudar ambos com conhecimentos novos, e ter uma perspectiva de vida melhor!”. É uma expressão impactante,

pois as dificuldades estão postas em diversos níveis, ou seja, desde o processo de entendimento de possíveis falhas no processo de aprendizagem até o não entendimento por quem ensina e pela própria instituição que não consegue identificar essas dificuldades.

De toda forma, essa resposta leva a reflexão sobre o processo de adaptação de cada estudante na cultura universitária, pois esse ambiente universitário, provavelmente, contribua para “[...] dar ao estudante a vontade de aprender e o sentimento de aprender com pertinência, ou, inversamente, esse meio pode tornar-se um obstáculo para a aprendizagem” (Paivandi, 2014, p. 42). E, de modo amplo, compreende-se que os estudantes quilombolas tem em sua bagagem pró-universidade sentimento de pertença e muitas experiências que fizeram com que chegassem até aqui com suas objetividades e subjetividades pessoais e/ou coletivas, mas podem “[...] tornar-se nativos desta nova cultura universitária” (Coulon, 2008, p. 43).

Acesso e permanência de estudantes quilombolas no Ensino Superior

Sem dúvida, as regras estabelecidas para o acesso às universidades brasileiras têm sido um reconhecimento de uma dívida histórica aos povos que sempre estiveram à margem da sociedade, onde uma minoria com acesso às condições estabelecidas por regramentos feitos para o privilégio da elite brasileira. Todavia, a luta de quem esteve e está à margem da elite tem sido grande e com êxito, mesmo de modo lenta, embrionária e de resistência, onde uma dessas conquistas é o sistema de cotas para acessar o ensino superior nas universidades públicas brasileiras.

Quando indagados sobre o processo de entrada se por sistema de cotas ou por ampla concorrência, o resultado foi significativo para o acesso por meio das cotas. Os resultados apontaram que 81,6% acessaram a UFPA por meio do sistema de cotas – resultado de um processo de luta do movimento social negro, quilombola, indígena, camponês, etc. E, por conseguinte, foi indagado: qual o sistema de cotas?

O resultado demonstrou que o principal sistema de cotas para acessar os Cursos da UFPA foi o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (81,8%), seguido pela cota Preta, Parda e Indígena (PPI). Ou seja, aqui é um fato irrefutável de que o sistema de cotas abre portas às pessoas que foram e são marginalizados por sua vida social, financeira e de etnia, pois nos territórios desses povos o ensino ofertado na Educação Básica é precário em

todos os âmbitos: infraestrutura do prédio escolar, sistema oferta de ensino é o multisseriado⁴, professores(as) com pouca ou nenhuma formação inicial e continuada para a qualidade do ensinar, dentre outros.

O processo de permanência de estudantes quilombolas no ensino superior, especialmente os vinculados ao *Campus* de Bragança é condicionado a vários fatores, pois essa categoria estudantil, na maioria, sai de suas comunidades de origem sem condições financeiras e/ou com quase ou nenhum vínculo familiar na sede de onde funcionam os *Campi* da UFPA. Logo, os condicionantes estão ligados a: 1) moradia; 2) logística desta moradia; 3) localização dessas moradias – ida e volta; 4) relações interpessoais para divisão de moradia – mesmo sendo quilombolas; 5) manutenção diária de alimentação; manutenção de custos diários para a aquisição de material de apoio didático no curso – aquisição de livros, apostilas, dentre outros; 6) custeio para questões de saúde – remédios, usos de material de higiene pessoal, especialmente para as mulheres; dentre outros.

E, como meio de garantia, em parte, para suprir as necessidades é que foram pensadas, por meio de políticas públicas governamentais e atendendo as medidas das ações afirmativas, bolsas mensais aos(às) estudantes quilombolas das universidades públicas brasileiras. E, como resultado, 45,5% têm bolsa para sua manutenção no Ensino Superior, destes, 36,4% são bolsistas do Ministério da Educação (MEC) e os demais não declararam o tipo de bolsa.

A Bolsa MEC popularmente conhecida é oriunda do Programa Bolsa Permanência (PBP) criada por meio da Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013, Governo Lula, que tem descrito no Art. 3º - principais objetivos:

I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e **quilombolas** [**Grifo nosso**];

II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;

III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013).

Em complemento, a mesma Portaria regulamente a criação do PBP, como se observa no artigo abaixo e seus desdobramentos:

⁴ “A escola multisseriada pensada na pré-história de nosso sistema escolar; vista como distante do paradigma curricular moderno, urbano, seriado, vista como distante do padrão de qualidade pelos resultados das avaliações, pela baixa qualificação dos professores, pela falta de condições materiais e didáticas, pela complexidade do exercício da docência em classe multisseriada, pelo atraso da formação escolar dos sujeitos do campo em comparação com aquela da cidade” (ARROYO, 2010, p.16).

Art. 4º A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

(...).

§ 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

(...)

§5º Para fins desta Portaria, consideram-se indígenas aqueles assim definidos no art. 1º da Convenção no 169/1989, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 143, de 20 de junho de 2002.

§ 6º Consideram-se quilombolas aqueles assim definidos no art. 2º do Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2013).

Adicionalmente, a referida Portaria estabelece os critérios para que estudante quilombola possa acessar a bolsa, como se observa abaixo:

Art. 5º Poderá receber a Bolsa Permanência o estudante que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo;

II - estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias;

III - não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;

IV - ter assinado o Termo de Compromisso conforme Anexo II;

V - ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa (Brasil, 2013).

Talvez, esses critérios expliquem somente 45,5% dos entrevistados possuírem bolsa permanência. De certo, esta política é tida como o resultado de uma luta social demasiadamente instituída para a resistência e reconhecimento para os povos quilombolas, o que, sem dúvida, adveio por meio das políticas públicas – estas tidas como, por um lado, “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (Peters *apud* Souza, 2006, p. 24). De outro lado, “geralmente [a política pública] envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (Rua, 2014, p. 17). No entanto, no âmbito das discussões acadêmicas, a definição mais conhecida é a de Laswell

(1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: *quem ganha o quê?*, *Por quê?* e, *Que diferença faz?* .

Entende-se, portanto, que as políticas públicas devem ser de Estado e não de Governo para que os cidadãos e as cidadãs sejam contemplados nas diversas formas do âmbito social, especialmente a população que se encontra num estado social vulnerável. O que, certamente, aplica-se aos povos quilombolas por serem pessoas que necessitam de ser ouvidas e atendidas dentro de seus contextos, como é o caso da Educação Escolar Quilombola por meio de políticas públicas ampliadas.

Diante deste cenário, entende-se que o acesso por meio da Lei de Cotas tem garantido aos povos quilombolas a entrada em diversas instituições públicas de ensino superior. Todavia, a sua permanência com sucesso está condicionada aos fatores acima elencados, embora a proposição de políticas públicas por meio do financiamento de bolsas para sua permanência ainda não tenha conseguido atingir 100% desses quilombolas. Há que se fazer um estudo pontual para se identificar o sucesso desse acesso aliado à permanência com sucesso, o que não foi possível neste estudo.

O processo de adaptação de estudantes quilombolas à cultura acadêmica no *Campus* Universitário de Bragança.

A saída de um território para outro, sem dúvida, causa estranhamento nas pessoas, especialmente para aquelas que já possuem uma identidade de pertencimento aos elos familiares, parentais, culturais, simbólicos e ambientais. O processo adaptativo requer tempo e entendimento por meio da observação, experimentação e convivência com o ambiente, com pessoas, dentre outras.

Esse fator é preponderante quando se analisa a entrada pela primeira vez à cultura acadêmica universitária, pois o ingresso no ensino superior é uma transição, pois por um lado é finalização de um ciclo – Ensino Médio – e, por outro, o início de um ciclo que se inicia com o estranhamento de forma de acesso, modo de oferta do curso, duração do curso, sem os pré-requisitos de uniformes, matérias diárias (aquelas que se repetem nos três anos de Ensino Médio), direção e coordenação pedagógica convidando para entrar para sala de aula, etc.

Adicionalmente, foi levantada a pergunta: você percebe diferenças entre sua vivência na sua comunidade de origem e sua experiência acadêmica atual? Se sim, quais são essas

diferenças? As respostas demonstraram que os(as) estudantes fazem perfeitamente a diferença entre a convivência nas suas comunidades de origem e a universidade, inclusive pontuando os elementos que os diferem:

Sim, pois na minha comunidade Quilombola é calmo, onde a fauna e a flora são presentes temos uma vivência familiar diferente, onde podemos viver livres e aqui no local atual é uma correria vivermos trancados em casa, ter que pagar aluguel entre outras coisas (Acad3).

Existem várias diferenças que não terei como falar todas aqui, porém minha vida acadêmica é excelente em questão de cada dia aprender mais e mais, aqui busco compartilhar conhecimento e aprender também. Já minha vida no Quilombo é maravilhosa, pois lá que é meu lugar e é pra lá que eu irei depois que me formar, lá eu mostro e aplico com a comunidade experiência que aprendi aqui na ufpa (Acad6).

Particularmente sim, durante estes anos na faculdade aprendi muito com professores e com os colegas de turma, porém hoje já me sinto bem seguro e preparado para desenvolver o que o curso me entregou... (Acad9).

Sim, a vivência na comunidade é praticamente o oposto da vida na cidade, ou mesmo na acadêmica, uma coisa notória, é o individualismo, uns querendo se destacar mais que os outros e não estendem a mão a quem mais precisa. Na comunidade, tudo fazemos em coletivo, temos sempre em mente que todos temos um papel importante, independente do que estamos fazendo no momento, cada um precisa dar seu melhor (Acad1).

E, complementarmente, foi realizada a pergunta: essas diferenças lhes provocaram alguma dificuldade? Quais? Os(as) estudantes emitiram respostas que demonstraram, por um lado, dificuldades de adaptação e, por outro, persistência e resistência ao território desconhecido, mas com a ideia de que o “sacrifício” valeria a pena. Assim como aqueles(as) que não tiveram nenhuma dificuldade no primeiro momento de contato com a Universidade.

Além da do material, a adaptação pra mim não foi fácil tudo era novo, não conseguia me acostumar com a ideia de que ali também era o meu lugar, pois eu enfrentei diversas situações como leitura de muitos materiais, professores sem a menor sensibilidade, sair da minha comunidade já foi desafiador (Acad3).

Não tive dificuldades (Acad10).

Nada é fácil, mas com muito esforço e vontade de vencer a gente consegue (Acad11).

Não, o sentimento é de muita felicidade de saber que tudo que aprendi vou poder repassar na minha comunidade para meus futuros alunos... (Acad4).

A dificuldade que encontro são várias, principalmente em questão financeira, pois não recebo nenhum auxílio ou bolsa desde de quando cheguei aqui em 2020. Às vezes fico mal por conta de não conseguir me manter e penso em desistir e voltar pro interior, mas costumo pensar que não terei outra chance e que irei conseguir e com ajuda de amigos e familiares me reconstruo e sigo, com ansiedade às vezes, mas consigo (Acad8).

Sim, principalmente porque nós se sentimos na obrigação de nos adaptar, pois nos somos os de "fora" nem irei elencar as dificuldades matérias, pois são diversas, mas temos muitos sofrimentos, em pensar que somos incapazes, chegamos a pensar que este espaço não é para nós, ficamos tristes, choramos muitas vezes, mas também somos resistência, por isso, nos mantemos na instituição e na cidade (Acad5).

Sim, a forma de me adaptar às rotinas da faculdade (Acad6).

Na cultura universitária o procedimento é outro, pois se acredita que as pessoas já possuem identidade própria, que são totalmente responsáveis por suas escolhas. Por certo, a entrada no ensino superior é reveladora de potenciais repercussões no que concerne ao desenvolvimento psicológico, emocional e de trato intra e extra pessoal. Decerto, geralmente é o início de uma tentativa essencialmente importante para trazer o senso de identidade autônomo, isto é, colocando em prática a escolha profissional (ou tentativa de escolha), o que pode ser considerado para estudantes considerados mais novos – um meio de desenvolvimento da passagem da adolescência para a vida adulta (Erikson, 1976).

Todavia, a testagem da identidade não se deve ser resumida à escolha de uma profissional na academia, mas há fatores tão importantes quanto, por exemplo, o processo de adaptação. No entanto, esse processo não é simples, uma vez que os(as) quilombolas já têm uma identidade de pertencimento e o novo território é totalmente desconhecido. Logo,

(...) entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço. Isto é possível quando os sujeitos desenvolvem, neste local, valores atrelados aos seus sentimentos e à sua identidade cultural e simbólica, recriando o espaço onde vive ao qual se identificam e se sentem pertencer (Raffestin, 1993, p. 144).

Ou seja, o sentimento de pertença é mantido a partir das relações sociais, espaciais com seus significados, valores e sentidos valorizados e refeitos a cada momento. Na Universidade esse sentimento de pertencimento, por um lado, tem inúmeras possibilidades enriquecedoras capazes de desenvolver habilidades de ação-reflexão-ação, embora a cultura

do estranhamento traga desafetos para certos atos, mas, por outro lado, é também uma forma de demonstrar suas condutas e valores sociais a partir de suas identidades.

Nesse sentido, foi realizada a pergunta: você teve dificuldades de adaptação à cultura acadêmica universitária? E, diante das dificuldades, você teve apoio institucional? As respostas eclodiram para o fato de que 63,6% tiveram dificuldades e, somente, 36,4% disseram que não.

No que diz respeito ao processo de adaptação à cultura acadêmica, os entrevistados enumeram elementos como, por exemplo, dificuldade de escrita, leitura e falas de exclusão no ensino superior, como se transcreve abaixo:

*Primeira foi a escrita e leitura que era novo para mim, era como se tivesse que ler o mundo de outra maneira as interpretações dos textos, e tinha professor que só faltava dizer que ali não era lugar pra mim (Acad1).
Foi a didática do professor, a maneira das aulas e a forma de como os professores ministravam suas respectivas aulas (Acad4).
Com os estudos é com os professores (Acad6).
Bem, quando entrei na faculdade senti muita dificuldade porque na turma que entrei já estavam estudando e já tinham formado suas "panelinhas" digamos assim (Acad8).*

Analicamente, observa-se que os motivos de adaptação são diversos, entre os quais o processo formativo desde a Educação Básica, pois à medida que ao entrar na Universidade o(a) estudante tem dificuldades sim, mas o processo de escrita, leitura e interpretação textual como destacado nos trechos “primeiro foi a escrita”, “ler o mundo de outra maneira”, “as interpretações dos textos” e, por lado, “tinha professor que só faltava dizer que ali não era lugar pra mim”, “didática do professor”, “forma de como os professores ministravam suas respectivas aulas”.

Estes elementos demonstram por outro lado o déficit no processo de aprendizagem da escrita e da leitura, pois se acredita que a base do sucesso do(a) aprendiz é o meio pelo qual se ensina e se aprende a partir da alfabetização e do letramento. Entende-se,

Em um primeiro momento, essa visibilidade traduziu-se ou em uma adjetivação da palavra alfabetização – alfabetização funcional tornou-se expressão bastante difundida – ou em tentativas de ampliação do significado de alfabetização/alfabetizar por meio de afirmações como “alfabetização não é apenas aprender a ler e escrever”, “alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar”, e outras semelhantes (Soares, 2004, p. 97).

Ou seja, a alfabetização é o primeiro passo para que a pessoa inicie o processo de conhecimento das letras e, por conseguinte, o caminho para que ocorra o letramento. Logo, este é...

(...) entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos (Soares, 2004, p. 97).

Nesse sentido, tem-se o entendimento de que o alfabetizar possui seus próprios procedimentos metodológicos no fazer ensinar e aprender, assim como o letramento, embora sejam complementares.

(...) também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a

alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (Soares, 2004, p. 97).

Esses processos de aprendizagem e de ensino são fundamentais para que as pessoas possam reproduzir e produzir a leitura e a escrita de modo satisfatório a partir das fases de desenvolvimento humano.

A adaptação no campo da Psicologia diz respeito à funcionalidade do indivíduo e à sua capacidade de ajustamento aos diferentes desafios e circunstâncias de vida. Vasco, Faria, Vaz-Velho e Conceição (2010) afirmam que, ao ajustamento do indivíduo relacionam-se os conceitos de saúde mental, bem-estar e *distress*. Este é um termo em inglês que se refere a um estado de grande sofrimento ou dificuldade. Pode ser causado por uma variedade de fatores e geralmente está associado a sentimentos de preocupação extrema, tristeza ou dor. O *distress* pode ser emocional, psicológico ou físico e é frequentemente o resultado de situações estressantes ou traumáticas psicológicas.

Enfatizando a adaptação para além da mera sobrevivência. Não obstante a experiência de *distress* ou sofrimento psicológico que em parte pode caracterizar um processo de adaptação, este é pautado pela mobilização de recursos psicológicos e sociais (resolução de problemas; regulação emocional; suporte social) que permitem ao indivíduo fazer face às mudanças ou situações de vida.

A saúde mental pode constituir assim uma medida deste ajustamento e adaptação, constituindo-se pelas suas dimensões de bem-estar e *distress* psicológicos. A dimensão bem estar psicológico respeita então às experiências de satisfação e aos recursos que o indivíduo apresenta ou reinventa para fazer face aos momentos de *distress* e necessidade de mudança. Complementarmente, são estes recursos que podem também ajudar o indivíduo a lidar e tolerar experiências de sofrimento psicológico.

Logo, compreender o processo adaptativo na perspectiva desses(as) estudantes é salutar para identificar indicadores que podem ser compreendidos, estudados, planejados e executados nas instituições públicas de ensino do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o questionamento que norteou esta pesquisa, ou seja, como o processo de adaptação de estudantes universitários quilombolas à cultura acadêmica têm ocorrido no Campus Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, pode-se constatar que os estudantes quilombolas enfrentam várias dificuldades, desde questões financeiras, passando por situações de distanciamento de suas famílias, amigos e de suas comunidades, há também as dificuldades de aceitação de algumas pessoas, como professores e colegas, bem como em relação ao de processo de ensino e aprendizagem em seus cursos.

O que se conclui que há dificuldades nesse processo de adaptação, considerando que este processo está regulado pela mobilização de recursos psicológicos e sociais, com acesso as estratégias de resolução de problemas, regulação emocional, suporte social, que permitem aos indivíduos estarem aptos para mudanças e/ou situações de vida, diferentes das que já vivenciam.

Todavia alguns estudantes relatam angustias ao vivenciarem a experiência acadêmica, na tentativa de resolver as adversidades e desafios próprios das vivências acadêmicas, nem sempre o estudante está atento a essas estratégias para planejar e executar ações que sejam efetivas, facilitadoras e protetivas para o processo de adaptação à universidade. Considerando que estes estudantes quilombolas precisam lidar com um choque cultural significativo, assim como as barreiras já citadas anteriormente.

Assim, os acadêmicos sofrem um estranhamento quando saem de suas comunidades para cursarem a faculdade, mas trazem consigo a consciência da relevância de suas

permanências no campus universitário, reconhecendo que o curso de graduação será importante para si e, notadamente, para suas famílias e comunidades.

A partir desta pesquisa, outras poderão ser propostas, abordando o tema adaptação acadêmica considerando outros dados, como dificuldades de aprendizagem, por exemplo. Tais pesquisas poderão embasar práticas diferenciadas de acolhida ou mesmo implementar projetos que promovam aspectos que resguardem o bem-estar dos estudantes quilombolas e favoreçam a permanência em seus cursos, com qualidade de aprendizagem, sentimento de pertencimento, respeito e aceitação de toda comunidade acadêmica, pois é fundamental que as universidades e outras instituições de ensino reconheçam e abordem as dificuldades enfrentadas por esses alunos. Isso pode incluir a implementação de programas de apoio acadêmico, a promoção da diversidade cultural e linguística e a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

- Bardin. Laurence. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- Bauer, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M.W.; GASKELL, G (ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Brasil. **Lei Nº 12.711, de 19 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.
- Brasil. **Portaria Nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, 09 de maio de 2013. Diário Oficial da União. Seção 1.
- Brasil. **Decreto Federal Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.
- Castro, Edna Maria Ramos. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Cadernos do NAEA**, v.92, p. 9-13, 1998.
- Chizzotti, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.
- Coulon, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008.
- Cruz, V.C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. *In*: Silva, O.A.; Santos, E.M.C e Coelho-Neto, A.S. (Orgs.). **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 37-72.

Erikson, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976

FONAPRACE. **IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: Fonaprace, 2014.

Furtado, Marcela Brasil; Sucupira, Regina Lúcia; Alves, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**. 26(1), p. 106-115, 2014.

Gomes, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (Et al). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Gutiérrez, A. **Território para viver**. Dinâmicas territoriais da comunidade quilombola de Acauã, Poço Branco, Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Laswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

Little, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo; Atlas, 2011.

Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Miranda, S. A. Educação Escolar em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, 17(50), 369-383, 2012.

Mota, Janine da Silva. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**. v.6, n.12 - 2019.

Paivandi, S. **Apprendre à l'université**. Bruxelles: De Boeck, 2015.

Paivandi, Saeed. La relation à l'apprendre à l'université. L'enquête sur la perspective d'apprentissage des étudiants de la région parisienne. **Recherches sociologiques et anthropologiques**, Louvain-la-neuve (Belgique), v. 50, n. 2, p. 63-75, juil./déc., 2012.

Porto-Gonçalves, C.W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, Ana Esther et al (Orgs). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006a, p. 151-197.

Raffestin, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Rua, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

Silva, E. L.; Menezes, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. LED/UFSC. Florianópolis. 2000.

Soares, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr, nº 25, 2004.

UFPA. **Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos da escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará**. Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 5 de agosto de 2005

Vasco, A. B.; Faria, J.; Vaz-Velho, C.; Conceição, N. **Adaptation, disorder and the therapeutic process: Needs or Emotional Dysregulation?** *Comunicação apresentada na 26ª conferência anual da Society for Exploration of Psychology Integration*. Florença, Itália, 2010.

Recebido : 09 de fevereiro de 2023.

Aprovado: 30 de novembro de 2023.

Publicado: 1 de janeiro de 2024.

Autoria:

Helga Samara Ferreira BRAUN

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: samarabraun@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6370-5022>

País: Brasil

Francisco Pereira de OLIVEIRA

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: foliveiranono@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1327-8362>

País: Brasil

Nelane do Socorro MARQUES-SILVA

Instituição: Universidade Federal do Pará

E-mail: nelane@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2642-3955>

País: Brasil